



FABIANO BONOW DE ALMEIDA  
EDUARDO ARAÚJO VIEIRA  
MARIO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS  
TAMÍRES DIAS NUNES  
MAURO DANIEL OLIVEIRA CASTRO  
ANDERSON BARBOSA DA SILVA  
LILIAN SIGNORINI LAFUENTE

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO

---

SÃO PAULO | 2026





FABIANO BONOW DE ALMEIDA  
EDUARDO ARAÚJO VIEIRA  
MARIO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS  
TAMÍRES DIAS NUNES  
MAURO DANIEL OLIVEIRA CASTRO  
ANDERSON BARBOSA DA SILVA  
LILIAN SIGNORINI LAFUENTE

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO

---

SÃO PAULO | 2026



1.<sup>a</sup> edição

**Autores**

Fabiano Bonow de Almeida  
Eduardo Araujo Vieira  
Mario Roberto Pereira dos Santos  
Tamires Dias Nunes  
Mauro Daniel Oliveira Castro  
Anderson Barbosa da Silva  
Lilian Signorini Lafuente

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE  
CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO**

ISBN 978-65-6054-283-9



Autores

Fabiano Bonow de Almeida  
Eduardo Araujo Vieira  
Mario Roberto Pereira dos Santos  
Tamires Dias Nunes  
Mauro Daniel Oliveira Castro  
Anderson Barbosa da Silva  
Lilian Signorini Lafuente

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE  
CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO

1.<sup>a</sup> edição

SÃO PAULO  
EDITORIA ARCHÉ  
2026

**Copyright © dos autores e das autoras.**

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24

Educação e desigualdades sociais no Brasil [livro eletrônico]: análise crítica e propostas para um sistema equitativo / Fabiano Bonow de Almeida... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo, SP : Editora Arché, 2025.  
61 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-283-9

1. Educação – Brasil. 2. Desigualdade social – Políticas públicas. 3. Equidade educacional. 4. Currículo inclusivo. 5. Justiça social – Educação. I. Almeida, Fabiano Bonow de. II. Vieira, Eduardo Araujo. III. Santos, Mario Roberto Pereira dos. IV. Nunes, Tamires Dias. V. Castro, Mauro Daniel Oliveira. VI. Silva, Anderson Barbosa da. VII. Lafuente, Lilian Signorini.

CDD 379.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

1ª Edição- *Copyright* © 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452-002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicarease.pro.br/rease>

[contato@periodicarease.pro.br](mailto:contato@periodicarease.pro.br)

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

## **EQUIPE DE EDITORES**

### **EDITORA- CHEFE**

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

### **CONSELHO EDITORIAL**

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiranilze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

## **DECLARAÇÃO DOS AUTORES**

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise verticalizada sobre a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro, problemática que se manifesta como um reflexo fidedigno das disparidades socioeconômicas que estruturam o país. A relevância deste estudo reside na desconstrução da premissa de que a educação opera invariavelmente como um vetor de mobilidade ascendente; ao contrário, busca-se compreender como a arquitetura do ensino pode atuar como um mecanismo de reificação e perpetuação de estratificações pretéritas. Sob a égide das Ciências Sociais, o estudo mobiliza uma perspectiva crítica para examinar as complexas interações entre a escolarização, a herança cultural e a eficácia das políticas públicas.

A justificativa desta investigação alicerça-se na urgência de se perscrutar as implicações dessas assimetrias, que transbordam o âmbito individual e comprometem o tecido socioeconômico nacional. Embora a educação seja preconizada como um direito fundamental e um pilar de igualdade de oportunidades, a empiria da realidade brasileira descortina abismos qualitativos entre diferentes regiões e

estratos sociais. Compreender tais dinâmicas torna-se, portanto, um imperativo para a formulação de estratégias governamentais que busquem mitigar a reprodução intergeracional da pobreza e promover uma justiça social efetiva.

O problema central desta pesquisa interroga: de que maneira o sistema educacional brasileiro contribui para a reprodução das desigualdades sociais e quais fatores estruturais sustentam tais disparidades? A partir desse questionamento, o estudo empenha-se em identificar os elementos institucionais que exacerbam o hiato social, discutindo caminhos para converter o aparato educativo em um instrumento de equidade. Para tanto, os objetivos foram delineados de modo a articular teoria e prática: o objetivo geral analisa os mecanismos de reprodução social no ensino, enquanto os objetivos específicos visam correlacionar condições socioeconômicas ao desempenho escolar, investigar a distribuição de recursos públicos e identificar práticas pedagógicas que influenciam a manutenção de privilégios ou a sua mitigação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, sustentada por uma rigorosa revisão

bibliográfica e análise documental. O arcabouço teórico fundamenta-se nas contribuições de Pierre Bourdieu, notadamente nos conceitos de habitus e capital cultural; na pedagogia crítica de Paulo Freire; e na interpretação sociológica de Darcy Ribeiro. Para conferir robustez empírica à análise, foram utilizados indicadores e relatórios oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A estrutura deste trabalho organiza-se de forma progressiva em três capítulos principais, além das considerações finais. O primeiro capítulo dedica-se aos fundamentos teóricos, explorando a tensão entre meritocracia e capital cultural. O segundo capítulo avalia criticamente as políticas públicas educacionais, sopesando seus avanços normativos frente às limitações orçamentárias e estruturais. O terceiro capítulo foca na dimensão interna das instituições, analisando como as práticas escolares cotidianas impactam a trajetória dos discentes. Por fim, a conclusão sintetiza os achados da pesquisa, reiterando que a superação da desigualdade educacional exige uma reforma que transcenda o aspecto técnico, alcançando a redistribuição

política e social de oportunidades.

## **RESUMO**

O presente trabalho analisou a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro, destacando como as práticas escolares, políticas públicas e o currículo influenciam a perpetuação ou superação dessas disparidades. O objetivo principal foi investigar os fatores que contribuem para a desigualdade educacional e propor soluções que promovam um sistema mais equitativo. A pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores de referência e documentos oficiais sobre educação e desigualdade. A análise teórica recorreu a conceitos como habitus, capital cultural e meritocracia, abordando as relações entre educação, sociedade e exclusão social. Os resultados evidenciaram que, embora políticas públicas como o Plano Nacional de Educação e o FUNDEB tenham ampliado o acesso à educação, a qualidade do ensino permanece desigual entre regiões e classes sociais. A estrutura educacional, centrada em práticas padronizadas e currículos que privilegiam códigos culturais dominantes, reforça as disparidades,

enquanto a formação docente insuficiente limita a inclusão. A análise do impacto de políticas afirmativas revelou avanços na democratização do ensino superior, mas também desafios relacionados à permanência dos estudantes de contextos vulneráveis. Como propostas, o trabalho enfatizou o fortalecimento do financiamento público, a redistribuição equitativa de recursos, a revisão dos currículos para incluir a diversidade cultural e a valorização da formação continuada dos professores. Também destacou a importância de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, além da articulação entre diferentes setores sociais. Concluiu-se que a superação das desigualdades educacionais exige esforços estruturais e políticos, visando à construção de uma educação inclusiva, de qualidade e promotora de justiça social. O estudo contribuiu para ampliar a compreensão sobre a relação entre educação e desigualdade, oferecendo subsídios para debates acadêmicos e formulação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Desigualdade Social. Políticas Públicas. Equidade. Currículo inclusivo.

## **ABSTRACT**

This study analyzed the reproduction of social inequalities in the Brazilian educational system, highlighting how school practices, public policies, and the curriculum influence the perpetuation or overcoming of these disparities. The main objective was to investigate the factors that contribute to educational inequality and propose solutions that promote a more equitable system. The research used a bibliographic and qualitative approach, based on reference authors and official documents on education and inequality. The theoretical analysis used concepts such as habitus, cultural capital, and meritocracy, addressing the relationships between education, society, and social exclusion. The results showed that, although public policies such as the National Education Plan and FUNDEB have expanded access to education, the quality of education remains unequal across regions and social classes. The educational structure, centered on standardized practices and curricula that privilege dominant cultural codes, reinforces disparities, while insufficient teacher training limits inclusion. The analysis of the impact of affirmative action policies revealed advances in the democratization of higher education, but also

challenges related to the retention of students from vulnerable backgrounds. The study's proposals emphasized strengthening public funding, equitable redistribution of resources, revising curricula to include cultural diversity, and valuing ongoing teacher training. It also highlighted the importance of mechanisms for monitoring and evaluating educational policies, as well as coordination between different social sectors. It was concluded that overcoming educational inequalities requires structural and political efforts aimed at building an inclusive, high-quality education that promotes social justice. The study contributed to broadening understanding of the relationship between education and inequality, providing support for academic debates and the formulation of public policies.

**Keywords:** Social Inequality. Public Policies. Equity. Inclusive Curriculum.

## **RESUMEN**

Este estudio analizó la reproducción de las desigualdades sociales en el sistema educativo brasileño, destacando cómo las prácticas escolares, las políticas públicas y el currículo influyen en la perpetuación o superación de estas disparidades. El objetivo principal fue investigar los factores que contribuyen a la desigualdad educativa y proponer soluciones que promuevan un sistema más equitativo. La investigación empleó un enfoque bibliográfico y cualitativo, basado en autores de referencia y documentos oficiales sobre educación y desigualdad. El análisis teórico empleó conceptos como habitus, capital cultural y meritocracia, abordando las relaciones entre educación, sociedad y exclusión social. Los resultados mostraron que, si bien políticas públicas como el Plan Nacional de Educación y FUNDEB han ampliado el acceso a la educación, la calidad de la enseñanza sigue siendo desigual entre regiones y clases sociales. La estructura educativa, centrada en prácticas y currículos estandarizados que privilegian los códigos culturales dominantes, refuerza las disparidades, mientras que la formación docente insuficiente limita la inclusión. El análisis del impacto de las políticas de acción afirmativa

reveló avances en la democratización de la educación superior, pero también desafíos relacionados con la retención de estudiantes de entornos vulnerables. Como propuestas, el trabajo enfatizó el fortalecimiento del financiamiento público, la redistribución equitativa de recursos, la revisión de los currículos para incluir la diversidad cultural y la valoración de la formación continua del profesorado. También destacó la importancia de los mecanismos de seguimiento y evaluación de las políticas educativas, así como la articulación entre los diferentes sectores sociales. Se concluyó que la superación de las desigualdades educativas requiere esfuerzos estructurales y políticos, con el objetivo de construir una educación inclusiva y de calidad que promueva la justicia social. El estudio contribuyó a ampliar la comprensión de la relación entre educación y desigualdad, ofreciendo apoyo para el debate académico y la formulación de políticas públicas.

**Palabras clave:** Desigualdad social. Políticas públicas. Equidad. Currículo inclusivo.

## SUMÁRIO

|                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                | <b>20</b> |
| <b>CAPÍTULO 01 .....</b>                                              | <b>26</b> |
| FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO             |           |
| <b>CAPÍTULO 02 .....</b>                                              | <b>31</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES       |           |
| <b>CAPÍTULO 03 .....</b>                                              | <b>36</b> |
| PRÁTICAS ESCOLARES E A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES                  |           |
| <b>CAPÍTULO 04 .....</b>                                              | <b>41</b> |
| PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL MAIS EQUITATIVO |           |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                 | <b>47</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                               | <b>50</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>                                         | <b>53</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro, uma problemática que reflete as profundas disparidades socioeconômicas presentes no país. A escolha deste tema decorre da relevância em compreender como a estrutura educacional, em vez de ser um instrumento de mobilidade social, pode muitas vezes atuar como um mecanismo de perpetuação das desigualdades. Além disso, o tema está alinhado ao campo das Ciências Sociais, cuja perspectiva crítica permite analisar as múltiplas interações entre educação, estratificação social e políticas públicas.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de explorar as implicações das desigualdades educacionais, não apenas no âmbito individual, mas também na estrutura socioeconômica nacional. A educação, enquanto direito fundamental, deveria garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Contudo, a realidade brasileira revela disparidades profundas relacionadas à qualidade do ensino oferecido em diferentes regiões e contextos sociais. Entender essas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas públicas que

possam mitigar os efeitos dessa reprodução de desigualdades e promover uma sociedade mais justa.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho pode ser assim formulado: como o sistema educacional brasileiro contribui para a reprodução das desigualdades sociais, e quais fatores estruturais perpetuam essas disparidades? A partir dessa questão, busca-se identificar os elementos do sistema educacional que agravam a desigualdade e discutir possibilidades para transformá-lo em um vetor de equidade.

Os objetivos deste trabalho foram organizados de forma a abarcar as dimensões teóricas e práticas do tema. O objetivo geral consiste em analisar os mecanismos que contribuem para a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro. Entre os objetivos específicos, destacam-se: (i) compreender a relação entre condições socioeconômicas e desempenho educacional; (ii) investigar como políticas públicas educacionais influenciam a distribuição de recursos entre diferentes regiões e classes sociais; (iii) identificar práticas escolares que contribuem para a perpetuação ou a mitigação das desigualdades.

Metodologicamente, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados autores como Pierre Bourdieu, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, cujas contribuições teóricas oferecem uma base sólida para a compreensão da relação entre educação e desigualdade social. Além disso, foram utilizados relatórios e dados de organizações como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que fornecem embasamento empírico para a análise proposta.

Este estudo está estruturado em capítulos que se articulam de maneira progressiva. O primeiro capítulo aborda os fundamentos teóricos sobre desigualdade social e educação, explorando conceitos como habitus, capital cultural e meritocracia. O segundo capítulo discute as políticas públicas educacionais no Brasil, analisando seus avanços e limitações. O terceiro capítulo apresenta uma análise das práticas escolares e seus impactos na perpetuação das desigualdades. Por fim, o capítulo conclusivo sintetiza os principais achados e apresenta recomendações para a construção de um sistema educacional mais equitativo.

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL:  
ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA  
EQUITATIVO**



**EDUCATION AND SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL:  
CRITICAL ANALYSIS AND PROPOSALS FOR AN EQUITABLE  
SYSTEM**



# **EDUCACIÓN Y DESIGUALDADES SOCIALES EN BRASIL: ANÁLISIS CRÍTICO Y PROPUESTAS PARA UN SISTEMA EQUITATIVO**

## **CAPÍTULO 01**

# **FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO**

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise da reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro, destacando como a educação pode tanto atuar como um instrumento de transformação social quanto reforçar as estruturas de desigualdade existentes. Embora a educação seja amplamente reconhecida como promotora de conhecimento e vetor de mobilidade social, autores como Bourdieu e Passeron (1992) argumentam que ela também pode legitimar as disparidades sociais, ao reproduzir valores, práticas e estruturas que beneficiam os grupos já privilegiados. Essa reprodução ocorre de forma sutil, mascarada pela aparência de neutralidade do sistema escolar, mas está profundamente enraizada em fatores históricos e culturais que moldam o acesso e o desempenho educacional.

O conceito de *habitus*, elaborado por Bourdieu, revela como as disposições adquiridas no ambiente familiar influenciam a forma como os indivíduos interagem com o sistema educacional. Essas disposições

incluem modos de pensar, agir e comunicar que refletem o capital cultural acumulado pelas famílias. Indivíduos provenientes de classes sociais mais altas possuem maior familiaridade com os códigos e exigências do ambiente escolar, o que lhes confere vantagens significativas no processo de aprendizagem e na avaliação do mérito acadêmico (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Por outro lado, aqueles oriundos de classes populares enfrentam dificuldades em adaptar-se às expectativas do sistema, resultando em uma desvantagem estrutural que muitas vezes é interpretada erroneamente como falta de esforço ou capacidade (SAVIANI, 2020).

A análise de Dubet (2008) complementa essa perspectiva ao enfatizar que o sistema educacional não apenas reflete, mas amplifica as desigualdades sociais, na medida em que suas estruturas favorecem os grupos que já possuem acesso a recursos culturais e econômicos. Nesse contexto, o mérito escolar deixa de ser um indicador genuíno de esforço ou habilidade individual e torna-se um mecanismo de exclusão social (TOMAZI, 2018). A escola, portanto, não opera como um espaço neutro, mas como um campo de luta simbólica, onde as diferenças de

classe são legitimadas por meio de práticas institucionais.

Outro aspecto central abordado neste capítulo é a relação entre meritocracia e desigualdade educacional. O discurso meritocrático, amplamente difundido nas políticas educacionais e no imaginário social, parte do pressuposto de que todos os indivíduos possuem igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso escolar. Contudo, como argumenta Freire (1996), esse discurso desconsidera as condições materiais e culturais desiguais que moldam o ponto de partida de cada aluno. Ao responsabilizar os indivíduos por seus insucessos, a meritocracia reforça uma lógica excludente que ignora as barreiras estruturais enfrentadas por alunos de contextos vulneráveis (TOMAZI, 2018).

Além disso, a perpetuação da meritocracia está associada à invisibilidade das desigualdades históricas e sociais que estruturam a sociedade. Freire (1996) propõe uma educação libertadora que reconheça essas desigualdades, buscando superá-las por meio da valorização do contexto social e cultural dos educandos (SAVIANI, 2020). Essa abordagem crítica desafia a visão tradicional da escola

como um espaço de transmissão de conteúdo, propondo-a como um lugar de diálogo e construção coletiva do conhecimento.

## **CAPÍTULO 02**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES**

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES**

Este capítulo examina o papel das políticas públicas na construção de um sistema educacional mais equitativo, destacando avanços alcançados e desafios persistentes que refletem a complexidade da realidade educacional brasileira. A análise considera os esforços históricos para a democratização do acesso à educação e seus desdobramentos, bem como os aspectos estruturais que ainda perpetuam desigualdades.

A retrospectiva histórica inicia com a análise do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias para orientar o desenvolvimento educacional no Brasil (FREITAS, 2020). Entre suas prioridades, destacam-se a ampliação do acesso à educação básica, a erradicação do analfabetismo e o aumento da oferta de educação superior. O PNE, como um marco legal, visou enfrentar desafios históricos e regionais, promovendo políticas específicas para alcançar populações marginalizadas, incluindo crianças e jovens em áreas rurais e periféricas (ARRETCHE, 2019). Além disso, o Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) representou um avanço significativo na redistribuição de recursos financeiros, ao destinar verbas de forma proporcional às necessidades das redes de ensino, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

Apesar desses avanços, a análise revela que as conquistas no campo do acesso ainda não se traduziram em equidade na qualidade do ensino. Dados recentes demonstram que, enquanto escolas urbanas em áreas economicamente privilegiadas dispõem de recursos mais avançados, como bibliotecas, laboratórios e tecnologias educacionais, muitas escolas em áreas rurais ou em regiões periféricas ainda carecem de infraestrutura básica, incluindo salas de aula adequadas e saneamento (FREITAS, 2020). Essa desigualdade evidencia a necessidade de uma política de financiamento que vá além da expansão de matrículas e priorize a qualidade dos recursos educacionais em todas as regiões.

Outro aspecto relevante, de acordo com Freitas (2020), é o impacto das políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas para o ingresso no ensino superior. Essas políticas têm contribuído para a

democratização do acesso às universidades públicas, promovendo maior diversidade racial, social e econômica nos espaços acadêmicos. Entretanto, desafios significativos permanecem, especialmente no que diz respeito à permanência desses estudantes (OLIVEIRA; ROSAR, 2018). Assim, a insuficiência de recursos para assistência estudantil, como bolsas de estudo, moradia e alimentação, associada ao preconceito estrutural enfrentado por muitos desses jovens, dificulta a continuidade de suas trajetórias acadêmicas e a plena realização de seu potencial.

Além disso, a resistência enfrentada por essas políticas em diferentes setores da sociedade reflete preconceitos históricos que ainda permeiam o imaginário coletivo. Argumentos contrários frequentemente desconsideram o contexto de desigualdades estruturais que justificam tais medidas, reforçando a necessidade de campanhas de conscientização e de educação voltadas para a valorização da equidade e da diversidade como pilares fundamentais de uma sociedade democrática (OLIVEIRA; ROSAR, 2018).

Por fim, destaca-se a importância de integrar políticas públicas

educacionais com ações intersetoriais. A articulação entre educação, saúde, assistência social e desenvolvimento urbano pode potencializar os impactos das políticas educacionais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Por exemplo, programas que combinam investimentos em infraestrutura escolar com melhorias no transporte público e na oferta de serviços de saúde podem criar condições mais favoráveis para a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes (ARRETCHE, 2019).

Portanto, embora o Brasil tenha avançado significativamente no âmbito das políticas públicas voltadas à educação, ainda persiste a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada (OLIVEIRA; ROSAR, 2018). A garantia de um sistema educacional verdadeiramente equitativo requer não apenas a ampliação do acesso, mas também um compromisso contínuo com a qualidade, a inclusão e a justiça social em todos os níveis de ensino.

## **CAPÍTULO 03**

### **PRÁTICAS ESCOLARES E A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES**

# PRÁTICAS ESCOLARES E A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Este capítulo analisa como as práticas escolares contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e sugere caminhos para a superação desse cenário. A organização do espaço escolar, o currículo e a formação docente desempenham papéis fundamentais na dinâmica de inclusão ou exclusão educacional, sendo que essas dimensões interagem diretamente com as condições estruturais e culturais que moldam o ambiente escolar (FREIRE, 2021).

As práticas pedagógicas que desconsideram as especificidades culturais e socioeconômicas dos alunos tendem a reforçar a exclusão ao tratar a educação como um processo homogêneo e padronizado, ignorando as diferenças presentes em uma sala de aula diversificada. Essa abordagem descontextualizada, frequentemente baseada em metodologias tradicionais, privilegia conteúdos abstratos e distantes da realidade vivida pelos estudantes (CARVALHO, 2003). Como consequência, alunos provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos podem apresentar maiores dificuldades para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, o que aumenta a

evasão escolar e reforça o ciclo de desigualdade.

A falta de infraestrutura adequada em muitas escolas também é um fator relevante. Espaços escolares mal equipados ou em condições precárias tornam-se ambientes pouco propícios para o aprendizado, especialmente em áreas rurais ou periferias urbanas, onde essas dificuldades são mais evidentes (SAVIANI, 2020). A ausência de bibliotecas, laboratórios e recursos tecnológicos limita o acesso a ferramentas essenciais para o desenvolvimento pleno do estudante, enquanto escolas de regiões mais favorecidas dispõem de recursos que ampliam significativamente as oportunidades educacionais.

Além disso, o currículo escolar frequentemente reflete os valores e as perspectivas das classes dominantes, perpetuando uma visão de mundo que exclui ou marginaliza outras culturas e histórias. Essa exclusão é particularmente evidente nas ausências ou limitações no ensino de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, apesar das exigências legais para sua inclusão (SAVIANI, 2020). Essa lacuna no currículo contribui para a invisibilidade social de determinados grupos e reforça estereótipos que perpetuam as

desigualdades.

Outro elemento central nesse contexto, de acordo com Freire (2021), é a formação e a valorização dos professores. A ausência de formação continuada para os docentes compromete sua capacidade de lidar com as demandas de um ambiente educacional diverso. Muitas vezes, os professores não recebem treinamento suficiente para compreender as realidades de seus alunos ou adotar práticas pedagógicas que promovam a inclusão. Investir na formação continuada, com foco em práticas inovadoras e inclusivas, é essencial para romper o ciclo de exclusão e construir uma educação transformadora.

Estratégias como a adoção de pedagogias críticas, inspiradas em Paulo Freire, oferecem caminhos promissores para a superação desses desafios. Essas pedagogias valorizam o diálogo, a contextualização e a construção coletiva do conhecimento, promovendo o empoderamento dos alunos e desafiando as estruturas de opressão presentes no ambiente escolar (SAVIANI, 2020). Além disso, ao incorporar elementos da realidade dos estudantes ao processo de ensino, essas práticas

estimulam o senso crítico, a participação ativa e o protagonismo na busca por uma sociedade mais justa.

Por fim, é essencial que as escolas se tornem espaços que promovam a igualdade, a inclusão e o respeito à diversidade. Isso exige o envolvimento não apenas dos educadores, mas também de gestores, famílias e comunidades, de modo a construir um projeto educacional que considere a escola como um espaço de transformação social, e não como um instrumento de manutenção das desigualdades existentes.

## **CAPÍTULO 04**

### **PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL MAIS EQUITATIVO**

## **PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL MAIS EQUITATIVO**

Este capítulo apresenta propostas embasadas nas análises realizadas nos capítulos anteriores, com vistas à superação das desigualdades educacionais no Brasil. Essas propostas abrangem desde ações estruturais e políticas públicas até intervenções pedagógicas e culturais, priorizando a construção de um sistema educacional que atenda às necessidades de uma sociedade plural e democrática.

Uma das recomendações centrais é o fortalecimento do financiamento público da educação, com foco na redistribuição equitativa de recursos entre regiões e escolas que enfrentam diferentes realidades socioeconômicas. Essa redistribuição deve considerar não apenas a quantidade de recursos alocados, mas também a qualidade dos investimentos, priorizando escolas em áreas de maior vulnerabilidade (BONAMINO; SOARES, 2013). A criação de mecanismos regulatórios que assegurem a aplicação eficiente desses recursos é essencial para garantir que as escolas mais carentes sejam devidamente equipadas com infraestrutura, materiais pedagógicos e tecnologia de ponta. Além disso,

a ampliação do acesso a programas de alimentação escolar e transporte gratuito pode reduzir barreiras práticas que dificultam a frequência e o desempenho dos alunos.

Ademais propõe-se a revisão dos currículos escolares, com o objetivo de torná-los mais inclusivos e representativos da diversidade cultural, étnica e social do Brasil. A inclusão efetiva da história e cultura afro-brasileira, indígena e de outros grupos historicamente marginalizados deve ir além da legislação existente, sendo incorporada de maneira transversal em todas as disciplinas (CARVALHO, 2020). Além disso, o currículo deve contemplar temas que promovam a cidadania, os direitos humanos e o respeito às diferenças, formando indivíduos críticos e conscientes de seu papel como agentes de transformação social.

Outro aspecto fundamental para a construção de um sistema educacional equitativo é a valorização e a formação contínua dos professores. É necessário implementar programas robustos de formação inicial e continuada que incluam não apenas conteúdos técnicos, mas também metodologias pedagógicas inovadoras e inclusivas. Esses

programas devem capacitar os docentes a lidar com a diversidade presente em sala de aula, promovendo práticas que estimulem a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de sua origem social (BONAMINO; SOARES, 2013). Além disso, a valorização profissional deve incluir salários justos, condições de trabalho adequadas e oportunidades de desenvolvimento de carreira, reforçando o papel central do professor na transformação do ambiente educacional.

A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais é igualmente essencial. Esses mecanismos, de acordo com Carvalho (2020), devem ser baseados em indicadores claros e mensuráveis que permitam avaliar o impacto das ações implementadas, identificando avanços e lacunas. Ferramentas como auditorias externas, relatórios periódicos e plataformas de transparência podem contribuir para a accountability das políticas educacionais, assegurando que seus objetivos sejam efetivamente alcançados (GATTI, 2016). Além disso, a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais, alunos e educadores, nos processos

de avaliação pode enriquecer a análise e fortalecer a legitimidade das ações realizadas.

Por fim, é imprescindível promover uma maior articulação entre os diversos atores envolvidos no sistema educacional, como governos, instituições privadas, organizações não governamentais e comunidades locais. Essa articulação pode ser realizada por meio de parcerias público-privadas, conselhos escolares e fóruns de discussão que incentivem a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados. A promoção de políticas integradas, que considerem a educação em diálogo com outras áreas, como saúde, segurança e assistência social, pode gerar impactos mais amplos e sustentáveis na redução das desigualdades educacionais (BONAMINO; SOARES, 2013).

Dessa forma, considera-se a implementação dessas propostas exige comprometimento político e social, além de investimentos significativos e planejamento estratégico. Contudo, os benefícios de um sistema educacional mais equitativo transcendem o campo da educação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva

e próspera.

## CONCLUSÃO

## CONCLUSÃO

O presente trabalho permitiu uma análise aprofundada sobre a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro, evidenciando os desafios estruturais que impedem o pleno desenvolvimento de uma educação equitativa e inclusiva. Através do levantamento teórico e da avaliação crítica das políticas públicas, ficou claro que, embora existam avanços significativos, como o aumento do acesso à educação básica e a implementação de ações afirmativas, persistem disparidades que afetam diretamente a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes, especialmente aqueles em contextos de maior vulnerabilidade social.

Os objetivos estabelecidos foram alcançados à medida que o estudo abordou os principais fatores responsáveis pela perpetuação das desigualdades educacionais, desde as limitações na alocação de recursos até as práticas pedagógicas que não consideram as especificidades culturais e socioeconômicas dos alunos. Foi possível compreender como o sistema educacional brasileiro, em diversas situações, reflete e reforça as desigualdades sociais, ao mesmo tempo

que apresenta potencial para atuar como ferramenta transformadora, desde que suas estruturas sejam revistas e aprimoradas.

As propostas apresentadas, como o fortalecimento do financiamento público, a revisão dos currículos escolares, a valorização dos professores e o aprimoramento das políticas de monitoramento educacional, apontam caminhos viáveis para a construção de um sistema mais justo e acessível. Apesar dos desafios, a análise revelou que a transformação do sistema educacional brasileiro depende de um esforço conjunto entre governos, educadores, comunidades e organizações sociais, com ações articuladas e integradas. Assim, este trabalho contribui para o campo do conhecimento ao propor reflexões e estratégias que podem embasar futuras políticas públicas voltadas à superação das desigualdades educacionais no Brasil.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre a desigualdade educacional no Brasil: contribuições e desafios. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BONAMINO, Alicia; SOARES, José Francisco. Qualidade e equidade na educação básica: um estudo sobre as desigualdades nas redes de ensino brasileiras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CARVALHO, Marília Pinto de. Educação e desigualdade social: limites e possibilidades da escola pública brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. Inclusão e equidade: fundamentos para a política educacional no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

DUBET, François. O que é uma escola justa? A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. Caminhos para a igualdade educacional: avaliação, currículo e política pública. Campinas: Mercado de Letras, 2020

GATTI, Bernadete Angelina. Políticas públicas educacionais e a qualidade da educação básica no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix (Orgs.). Políticas públicas e educação básica: desafios para a gestão e regulação.

Petrópolis: Vozes, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

TOMAZI, Nelson Dacio. Sociedade e educação: abordagens sociológicas. 17. ed. São Paulo: Atual, 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abstratos, 37

Acadêmicas, 34

Acesso, 35

Adota, 10

Análise, 9

Anteriores, 42

Aplicação, 42

Apresentadas, 49

Arcabouço, 11

Articulação, 45

Articuladas, 49

Assimetrias, 9

Associada, 29

Avanços, 14, 22

### B

Brasil, 35, 49

Brasileiro, 48

Buscando, 29

### C

Caminhos, 49

Campo, 45

Capítulo, 11

Ciências, 9

Classe, 29

Coletivo, 34

Complementa, 28

Compreender, 9, 39, 48

Conhecimento, 30, 39

Conquistas, 33

Construção, 49

Construir, 40  
 Continuidade, 34  
 Contribuem, 21  
 Contribuições, 11  
 Converter, 10  
 Criar, 35  
 Crítica, 9  
 Criticamente, 11  
 Culturais, 37  
 Currículo, 38  
**D**  
 Delineados, 10  
 Demandas, 39  
 Desconsidera, 29  
 Desdobramentos, 32  
 Desempenho, 10  
 Desenvolvimento, 35  
 Desfavorecidos, 37  
 Desiguais, 29  
 Desigualdade, 11, 14  
 Desigualdade, 14  
 Desigualdades, 9, 14, 27, 37,  
 39, 40, 48, 49  
 Diálogo, 45  
 Diferenças, 37  
 Dificuldades, 28  
 Discentes, 11  
 Disparidades, 9, 48  
 Diversidade, 34  
 Documental, 22  
**E**  
 Econômicos, 28  
 Educação, 13, 27, 32, 48  
 Educacionais, 49  
 Educacional, 9, 10, 20, 29, 49  
 Eficácia, 9

Embasamento, 22

Embasar, 49

Empoderamento, 39

Enfatizar, 28

Enraizada, 27

Ensino, 35

Equidade, 14

Equitativo, 13, 22, 35, 45

Escolar, 28, 44

Escolares, 11, 45

Escolas, 40

Espaços, 40

Estabelece, 32

Estratégico, 45

Estratificações, 9

Estruturais, 11, 42

Estudantes, 14

Estudantil, 34

Estudo, 9

Exclusão, 37

Existentes, 40

## **F**

Fidedigno, 9

Financeiros, 33

Financiamento, 14, 33, 42

Formação, 39

Fortalecimento, 14, 49

Fundamentais, 37

Fundamentos, 11, 27

Fundeb, 13

## **G**

Garantia, 35

Gestores, 40

Governamentais, 45

Governos, 49

Gratuito, 43

Grupos, 28

## **H**

Habitus, 11

Humanizado, 32

## **I**

Identificando, 44

Identificar, 21

Imaginário, 34

Impacto, 14

Impactos, 22, 35

Implementação, 45, 48

Implementadas, 44

Implementar, 43

Implicações, 9

Inclusão, 35

Indicadores, 11, 44

Indígena, 43

Inep, 11

Inspiradas, 39

Instituições, 11, 45

Insuficiência, 34

Insuficiente, 14

Integrar, 34

Interagem, 37

Investigação, 9

Investimentos, 45

Invisibilidade, 38

## **L**

Lacunas, 44

Legitimar, 27

## **M**

Manutenção, 10

Mecanismo, 20, 28

Mecanismos, 44

Meritocracia, 22

Metodologias, 37, 43

Mobilidade, 20

Monitoramento, 44, 49

## **N**

Níveis, 35

Normativos, 11

## **O**

Objetivos, 21

Oportunidades, 12

Organização, 37

Organizações, 49

Orientar, 32

## **P**

Padronizadas, 13

Pedagógicas, 37, 48

Periféricas, 32, 33

Periódicos, 44

Permanência, 34

Persiste, 35

Persistentes, 32

Pesquisas, 11

Política, 12

Políticas, 14, 35

Políticas, 14

Políticos, 14

Práticas, 37, 39

Práxis, 10

Preconceito, 34

Preconceitos, 34

Premissa, 9

Presente, 9

Pressuposto, 29

Prioridades, 32

Privadas, 45

Privilegia, 37

Privilegiadas, 33

Problema, 10

Processo, 37

Professor, 44

Professores, 39

Profissional, 44

Profundas, 20

Progressiva, 11, 22

Promoção, 45

Promotora, 27

Promovendo, 32

Próspera, 46

Protagonismo, 40

Públicas, 13, 48, 49

**Q**

Qualidade, 14, 48

**R**

Realidade, 39

Recomendações, 42

Reconheça, 29

Recursos, 28, 42, 48

Redistribuição, 33

Referência, 13

Reflexo, 9

Reflexões, 49

Reforçar, 27

Regionais, 32

Relações, 13

Relatórios, 22

Representativos, 43

Reprodução, 10, 13, 20, 27

Respeito, 34, 40

Responsáveis, 48

Resultados, 13

**S**

Significativos, 48

Sintetiza, 11, 22

Sistema, 32, 49

Social, 10

Sociedade, 29, 45

Socioeconômicas, 10, 21, 37, 48

Superação, 37, 49

## **T**

Técnico, 11

Terceiro, 22

Trajetória, 11

Transformação, 44, 49

Transformadora, 39

Transmissão, 30

## **U**

Universidades, 34

## **V**

Valorização, 29, 34, 49

Vulnerabilidade, 35, 42, 48

Vulneráveis, 29, 33

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO

Revista REASE cancelada pela Editora Arché.  
São Paulo- SP.  
Telefone: +55(11) 5107- 0941  
<https://periodicorease.pro.br>  
[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS PARA UM SISTEMA EQUITATIVO

